



II
S É R I E

DIÁRIO DA REPÚBLICA

APÊNDICE N.º 34/99

SUMÁRIO

Associação de Municípios do Vale do Sousa	3	Câmara Municipal de Arronches	19
Câmara Municipal de Albufeira	3	Câmara Municipal de Aveiro	20
Câmara Municipal de Alfândega da Fé	3	Câmara Municipal do Barreiro	34
Câmara Municipal de Aljezur	3	Câmara Municipal da Batalha	35
Câmara Municipal de Almada	3	Câmara Municipal de Benavente	36
Câmara Municipal de Alter do Chão	3	Câmara Municipal de Boticas	36
Câmara Municipal de Alvito	3	Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	36
Câmara Municipal de Amarante	4	Câmara Municipal das Caldas da Rainha	36
Câmara Municipal de Amares	10	Câmara Municipal de Cantanhede	37
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	10	Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães	39
Câmara Municipal de Arganil	10	Câmara Municipal do Cartaxo	39
Câmara Municipal de Armamar	19	Câmara Municipal de Castelo de Vide	44

Câmara Municipal da Chamusca	57	Câmara Municipal de Sesimbra	95
Câmara Municipal da Covilhã	57	Câmara Municipal de Setúbal	95
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	57	Câmara Municipal de Silves	104
Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta	58	Câmara Municipal de Sintra	105
Câmara Municipal de Fronteira	64	Câmara Municipal de Tábua	105
Câmara Municipal do Fundão	64	Câmara Municipal de Torres Novas	105
Câmara Municipal de Grândola	64	Câmara Municipal de Vagos	105
Câmara Municipal de Guimarães	64	Câmara Municipal de Viana do Alentejo	107
Câmara Municipal da Horta	64	Câmara Municipal de Viana do Castelo	107
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	64	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	109
Câmara Municipal de Leiria	68	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	109
Câmara Municipal de Loulé	68	Câmara Municipal de Vila Verde	128
Câmara Municipal de Mafra	69	Junta de Freguesia de Alcaravela	129
Câmara Municipal da Maia	69	Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo	129
Câmara Municipal de Mirandela	77	Junta de Freguesia da Boa-Fé	129
Câmara Municipal da Moita	77	Junta de Freguesia de Corval	129
Câmara Municipal de Monchique	77	Junta de Freguesia da Costa da Caparica	129
Câmara Municipal de Monforte	78	Junta de Freguesia de Faro (Sé)	129
Câmara Municipal de Montalegre	78	Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros	130
Câmara Municipal do Montijo	78	Junta de Freguesia de Jovim	130
Câmara Municipal de Mortágua	86	Junta de Freguesia de Lamoso	130
Câmara Municipal de Moura	87	Junta de Freguesia de Laranjeiro	130
Câmara Municipal de Oeiras	87	Junta de Freguesia de Mira	131
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	88	Junta de Freguesia de Odiáxere	131
Câmara Municipal de Ourém	88	Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital	131
Câmara Municipal de Paredes	89	Junta de Freguesia de Palmela	131
Câmara Municipal de Penacova	89	Junta de Freguesia do Salvador	131
Câmara Municipal de Penedono	89	Junta de Freguesia de São João da Talha	131
Câmara Municipal de Ponte da Barca	90	Junta de Freguesia de São Simão	133
Câmara Municipal de Ponte de Lima	90	Junta de Freguesia de Tavira (Santiago)	133
Câmara Municipal de Portimão	90	Junta de Freguesia de Vale de Figueira	133
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	90	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	134
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz	91	Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Beja	135
Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores	91	Editora Correio do Minho/Serviço Municipalizado — Braga	135
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião	91	Serviços Municipalizados de Saneamento Básico da Câmara Municipal de Viana do Castelo	135
Câmara Municipal de Santana	91		
Câmara Municipal de Santarém	91		
Câmara Municipal de Seia	95		

na público que a Assembleia Municipal de Silves, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, aprovou, na sua sessão extraordinária de 29 de Janeiro de 1999, a seguinte alteração ao Regulamento em epígrafe, o qual foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998:

Artigo 27.º

- 1 —
2 —

a) O exercício da venda ambulante em violação ao disposto no artigo 4.º e no n.º 1 do artigo 5.º

11 de Fevereiro de 1999. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel F. Silva Soares*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 1806/99 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho de 28 de Dezembro de 1998 da presidente da Câmara, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo com os seguintes trabalhadores:

Técnico profissional de 2.ª classe, índice 190:

Pelo prazo de dois anos, com data de início em 18 de Janeiro de 1999:

Paula Cristina Pires Russo Silva.
Ana Paula Martins Faria.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, o Director do Departamento de Recursos Humanos, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

Aviso n.º 1807/99 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho de 28 de Dezembro de 1998 da presidente da Câmara, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo com os seguintes trabalhadores:

Arquitecto de 2.ª classe, índice 400:

Pelo prazo de dois anos, com início em 3 de Fevereiro de 1999:

Ana Isabel Queiroz do Vale de Noronha Penaguião.
Miguel Alexandre Mesquita de Sousa Costa.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, o Director do Departamento de Recursos Humanos, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA

Aviso n.º 1808/99 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 12 de Fevereiro de 1999, foram contratadas a termo certo, por urgente conveniência de serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com a categoria de animador sócio-educativo, no período de 15 de Fevereiro de 1999 a 22 de Setembro de 1999:

Alexandra Sofia Mendes Antunes — Jardim-de-Infância de Sinde, 5 horas e 30 minutos por dia.
Ana Maria Quaresma Marques — Jardim-de-Infância de Tábua, 5 horas e 30 minutos por dia.
Carla Sofia Madeira Mendes Dias — Jardim-de-Infância de Espariz, 5 horas e 30 minutos por dia.
Cristina Maria Henriques Mendes Antunes — Jardim-de-Infância de Covas, 5 horas e 30 minutos por dia.

Maria de Lurdes Rodrigues da Costa Marques — Jardim-de-Infância de P. Midões, 3 horas e 30 minutos por dia.
Sílvia Alexandra Ferrão Almas — Jardim-de-Infância de Midões, 5 horas e 30 minutos por dia.

12 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 1809/99 (2.ª série) — AP. — *Lista de antiguidades.* — Para os devidos efeitos, e em cumprimento do estabelecido no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal do quadro desta Câmara Municipal, organizada nos termos do artigo 93.º do já citado diploma legal, foi afixada nos respectivos locais de trabalho.

Nos termos do n.º 1 artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso.

10 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

Aviso n.º 1810/99 (2.ª série) — AP. — Dr. Carlos Fernandes Roseiro Bento, presidente da Câmara Municipal de Vagos, torna público que a Assembleia Municipal de Vagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, aprovou, em sessão realizada no dia 30 de Dezembro de 1998, o Regulamento de Utilização dos Autocarros da Câmara Municipal de Vagos, cujo texto se anexa ao presente aviso.

O referido Regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal de Vagos em reunião de 9 de Novembro de 1998 e entra em vigor decorridos 15 dias após a sua publicação.

Regulamento de Utilização dos Autocarros da Câmara Municipal de Vagos

Preâmbulo

O Regulamento de Utilização do Autocarro da Câmara Municipal de Vagos em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de Fevereiro de 1982.

Decorridos que foram 16 anos importa agora proceder-se à sua reformulação, tendo em vista a correcção de algumas situações decorrentes da sua utilização, bem como prestar um apoio acrescido às organizações e instituições do concelho.

A alteração fundamental que se pretende efectuar no actual Regulamento traduz-se no facto de que caberá à Câmara Municipal de Vagos suportar todas as despesas inerentes aos serviços dos motoristas dos autocarros, sejam a título de trabalho normal, extraordinário ou ajudas de custo.

Consequentemente, beneficiarão com esta medida todas as instituições e organizações do concelho que utilizem os autocarros, e o mesmo será dizer que ganha com isso o município, pois afectará mais verbas à cultura e ao desporto.

Nestes termos, elaborou-se um novo Regulamento, ao abrigo da competência conferida às autarquias locais pela alínea a) do n.º 3 do artigo 51.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com a redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento estabelece as normas para utilização dos autocarros da Câmara Municipal de Vagos.

Artigo 2.º

Objectivo

Os autocarros estão fundamentalmente ao serviço da cultura e desporto no município de Vagos.

1 — Ao serviço da cultura, podem os autocarros ser requisitados:

a) Por estabelecimento de ensino;

- b) Colectividades de carácter cultural, como sejam bandas musicais, ranchos folclóricos, grupos teatrais e outras congéneres.

2 — Ao serviço do desporto, podem os autocarros ser cedidos:

- a) A colectividades com desporto federado;
b) A associações desportivas com escolas de formação.

3 — Os autocarros podem também ser utilizados pelo pessoal em serviço da Câmara, para viagens de carácter cultural ou desportivo.

4 — Mediante deliberação da Câmara Municipal, os autocarros poderão ainda ser cedidos para outros fins ou outras organizações, em casos devidamente fundamentados, salvaguardando-se contudo em primeira instância os interesses do município.

Artigo 3.º

Procedimentos

1 — Os pedidos para utilização dos autocarros serão dirigidos ao presidente da Câmara, devendo dar entrada na secretaria dos serviços administrativos com, pelo menos, 20 dias de antecedência em relação à data de utilização, salvo motivo justificado, devendo a Câmara responder no prazo de oito dias.

2 — O pedido entregue com prazo inferior poderá ser considerado pelo presidente da Câmara, desde que as razões justificativas apresentadas sejam consideradas de relevância.

3 — No mesmo requerimento poderá ser feito mais de um pedido de cedência.

4 — O pedido deve indicar:

- a) Identificação da entidade requerente;
b) Fim a que se destina;
c) Itinerário, local, hora de partida e hora provável de chegada;
d) Número de passageiros;
e) A identificação da pessoa responsável pela deslocação.

5 — O presidente da Câmara pode solicitar, em relação ao pedido apresentado, quaisquer elementos esclarecedores julgados necessários.

6 — Em caso de desistência por parte da entidade requerente esta deve comunicar o facto, por escrito, com uma antecedência mínima de três a cinco dias úteis.

Artigo 4.º

Normas para a utilização

1 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do presente Regulamento, os autocarros só podem ser cedidos às instituições legalmente existentes.

2 — Os autocarros só podem ser cedidos desde que a sua utilização se destine a apoiar a concretização dos fins e objectivos estatutários e no cumprimento do seu plano de actividades.

3 — A cedência dos autocarros deverá ser feita de acordo com o interesse que a utilização possa claramente demonstrar.

4 — Em casos de pedidos de utilização para datas coincidentes, decidirão os respectivos serviços da Câmara atendendo aos seguintes critérios de forma hierarquizada e conjugada:

- a) Carácter inadiável de um dos compromissos;
b) Utilização equitativa do autocarro por parte de todas as associações;
c) Distância a percorrer e número de pessoas envolvidas, devendo privilegiar-se os projectos que mais pessoas envolvam e que mais distâncias impliquem.

5 — Salvo os casos mencionados no número anterior, nenhuma entidade utilizadora será preferida em relação a outra.

Artigo 5.º

Obrigações

Não é permitido aos utilizadores:

- a) Alterar, já em viagem, o trajecto indicado na petição, salvo se tal se justificar por encurtamento de distâncias;
b) Dar utilização diferente daquela que indicou;

- c) Permitir, sem justificação prévia aceitável, o transporte de pessoas estranhas à entidade utilizadora;
d) Transportar pessoas para além da sua lotação ou mercadorias que excedam as permitidas pelas suas caixas de bagagem;
e) Desobedecer às regras de orientação, utilização e funcionamento da viatura, que lhes sejam informadas pelo motorista.

Artigo 6.º

Responsabilidade

1 — É da responsabilidade do motorista:

- a) Fornecer ao seu superior hierárquico, no primeiro dia útil em que retomou o serviço após a viagem, um relatório circunstanciado, referindo o itinerário percorrido, horas de partida e chegada, ocorrências que devam ser registadas para apuramento de responsabilidade, número de quilómetros percorridos e tudo o mais que julgar necessário;
b) Cumprir o horário e o itinerário previamente estabelecido, bem como verificar a lotação do autocarro.

2 — É da responsabilidade da entidade utilizadora:

- a) Manter as condições de higiene e limpeza durante a viagem;
b) Os danos causados à viatura pela acção dos passageiros.

3 — É da responsabilidade dos passageiros acatar de imediato as ordens do motorista ou do representante da entidade utilizadora, podendo reclamar para o presidente da Câmara das atitudes ou actos contra si praticados por aqueles.

Artigo 7.º

Encargos

1 — São encargos a suportar pela entidade utilizadora:

- a) Pagamento de portagens;
b) Combustível gasto na deslocação.

2 — O custo do abastecimento de combustível será liquidado, no acto, pela entidade utilizadora directamente ao fornecedor. Ao iniciar a viagem o depósito do autocarro encontrar-se-á completamente cheio, o que se verificará igualmente aquando da entrada do referido autocarro na garagem do município.

Artigo 8.º

Seguros

Os passageiros dos autocarros viajam a coberto do seguro contra acidentes pessoais, suportado pela Câmara Municipal de Vagos, salvo os casos de responsabilidade a imputar a terceiros.

Artigo 9.º

Penalidades

1 — A transgressão a este Regulamento implicará:

- a) Para a entidade utilizadora, a não cedência futura dos autocarros e, se for caso disso, responsabilidade civil nos casos em que a mesma tenha lugar;
b) Para o motorista, a instauração de processo disciplinar nos termos da legislação em vigor.

2 — Nas situações referidas no número anterior é garantida a possibilidade de defesa dos interessados, previamente à tomada de decisão, e, salvo disposições legais em contrário, competirá à Câmara Municipal de Vagos a aplicação das correspondentes penalidades.

Artigo 10.º

Disposições finais

1 — Os serviços autorizados poderão ser anulados em casos excepcionais, designadamente avarias mecânicas, impossibilidades verificadas por parte dos motoristas ou iniciativas municipais imprevistas que requeiram a afectação destes recursos, devendo a entidade utilizadora ser avisada, sempre que possível, com a devida antecedência, não lhe assistindo o direito de qualquer indemnização.

2 — À excepção dos casos expressamente previstos no presente Regulamento, é da competência do presidente da Câmara fazer cumprir as presentes disposições, podendo as mesmas ser delegadas num vereador.

3 — Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos por despacho do presidente da Câmara, ou pelo vereador com competência delegada, se for caso disso.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

1 — É revogado o Regulamento de Utilização do Autocarro, aprovado pela Câmara Municipal, em reunião de 12 de Fevereiro de 1982, e pela Assembleia Municipal, em sessão de 26 de Fevereiro de 1982.

2 — O presente Regulamento entrará em vigor no prazo de 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

10 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Carlos Bento*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

Aviso n.º 1811/99 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo certo.* — Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo torna público que foram celebrados os seguintes contratos de trabalho a termo certo, pelo período de seis meses, eventualmente renováveis, por igual período e com fundamento no disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro:

António José Carvalho Pires — operário (mecânico), com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 125, e com início a 19 de Agosto de 1998.

Feliciano Eduardo da Mata Santos — operário (electricista), com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 125, e com início a 19 de Agosto de 1998.

Francisco Godinho Ricardo Gomes — técnico superior de 2.ª classe (jurista), com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 380, e com início a 27 de Agosto de 1998.

Mais se torna público que, por despachos do vereador com competência delegada em matéria de pessoal, exarados a 4 de Fevereiro corrente, foram renovados por igual período de seis meses os contratos supra mencionados. [Contratos isentos de fiscalização prévia do tribunal de Contas nos termos da alínea o) do artigo 14.º da Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 71/94, de 7 de Abril e 13/96, de 20 de Abril.]

5 de Fevereiro de 1999. — O Vereador no uso de competência delegada, *João Luís Batista Penetra*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 1812/99 (2.ª série) — AP. — *Lista de antiguidades.* — Em cumprimento do estabelecido no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal do quadro desta Câmara Municipal, organizada nos termos do artigo 93.º do citado diploma legal, se encontra afixada no edifício dos Paços do Município.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto, desta lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da sua publicação no *Diário da República*.

16 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

Aviso n.º 1813/99 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de um ano, com a seguinte trabalhadora:

lho a termo certo, pelo prazo de um ano, com a seguinte trabalhadora:

Ana Paula Gavinho Guia de Passos Viana, com a categoria de auxiliar de acção educativa do grupo de pessoal auxiliar, correspondente ao escalão 1, índice 120 da Tabela de Vencimentos da Função Pública, com efeitos a partir do dia 16 de Dezembro do ano findo.

19 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

Aviso n.º 1814/99 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de um ano, com a seguinte trabalhadora:

Isabel Maria Alfaia de Barros Guimarães, com a categoria de auxiliar de acção educativa do grupo de pessoal auxiliar, correspondente ao escalão 1, índice 120 da Tabela de Vencimentos da Função Pública, com efeitos a partir do dia 16 de Dezembro do ano findo.

19 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

Aviso n.º 1815/99 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de seis meses, com a seguinte trabalhadora:

Maria Julieta Vieira Cerquinha, com a categoria de auxiliar de acção educativa do grupo de pessoal auxiliar, correspondente ao escalão 1, índice 120 da Tabela de Vencimentos da Função Pública, com efeitos a partir do dia 16 de Dezembro do ano findo.

19 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

Aviso n.º 1816/99 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de seis meses, com a seguinte trabalhadora:

Andrea Dória Pereira Diogo Parente, com a categoria de auxiliar de acção educativa do grupo de pessoal auxiliar, correspondente ao escalão 1, índice 120 da Tabela de Vencimentos da Função Pública, com efeitos a partir do dia 4 de Janeiro do corrente ano.

19 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

Aviso n.º 1817/99 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de seis meses, com a seguinte trabalhadora:

Natacha Sofia Silva Sá Martins, com a categoria de auxiliar de acção educativa do grupo de pessoal auxiliar, correspondente ao